



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

Gerência – 2003

[\(Ir para Índice\)](#)



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2003



Presidente da Assembleia da República
João Bosco Soares Mota Amaral



Vice-Presidentes

Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza

Manuel Alegre de Melo Duarte

Lino António Marques Carvalho

Secretários

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Ascenso Luís Seixas Simões

Isabel Maria Sousa Gonçalves Santos

António João Rodeia Machado

Vice-Secretários

Fernando Santos Pereira

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Manuel Alves de Oliveira

Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho



Conselho de Administração

João Eduardo Guimarães Moura de Sá
Presidente

Fernando Pereira Serrasqueiro
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

António João Rodeia Machado
Representante do GP do PCP

João Miguel Teixeira Lopes
Representante do GP do BE

Heloísa Augusta Baião Brito Apolónia
Representante do GP do PEV

Isabel Maria Freire dos Santos Côrte-Real
Secretária-Geral

Joaquim Manuel Militão Ruas
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

AACS	Alta Autoridade para a Comunicação Social
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AR	Assembleia da República
ARNET	Sistema de Intranet da AR
AWEPA	Associação de Parlamentares para África
BE	Bloco de Esquerda
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CAEPE	Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa
CE	Comissão Europeia
CEF	Comissão de Economia e Finanças
CERDP	Centro Europeu de Pesquisa de Informação Parlamentar
CIBE	Cadastro de Inventariação de Bens do Estado
CIG	Conferência Interparlamentar
CINF	Centro de Informática da AR
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
COSAC	Conferência das Comissões Parlamentares de Assuntos Comunitários e Europeus
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DAR	Diários da AR
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DE	Divisão de Edições
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
EIPA	European Institute of Public Administration
EURO	Unidade Monetária da UE
FENACERCI	Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
INE	Instituto Nacional de Estatística



IPEX	Interparliamentary EU Information Exchange
LOFAR	Lei Orgânica da AR
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da AR
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação Europeia
PAR	Presidente da AR
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PLC	Aplicação "Processo Legislativo Comum"
PP	Partido Popular
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SIBAR	Sistema de Informação de Base da AR
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UIP	União Interparlamentar
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEF	United Nations International Children's Fund

Índice

Nota do Conselho de Administração	11
Enquadramento Orçamental	13
OAR2003	13
Execução Orçamental — 2003.....	15
Actividades Parlamentares.....	19
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	22
Comissões Parlamentares.....	23
Deslocações ao Estrangeiro	24
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais.....	28
Outros Encargos Parlamentares	30
Actividades de Apoio	31
Gestão das Actividades de Apoio	32
Gestão de Recursos Humanos.....	34
Actividade Editorial	40
Cooperação Interparlamentar.....	43
Financiamento de Entidades Autónomas	46
Investimentos.....	48
Execução Financeira.....	54
Das Despesas	54
Das Receitas	56
Nota Final.....	59

Índice de Quadros

Quadro 1- Orçamento da Assembleia da República para 2003	14
Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental	15
Quadro 3 – Execução Orçamental por Actividades.....	16
Quadro 4 – Evolução da Execução Orçamental	17
Quadro 5 – Execução Orçamental da “Actividade Parlamentar”	20
Quadro 6 – Evolução dos Encargos Assumidos com a “Actividade Parlamentar”	21
Quadro 7 – Deslocações (Uip)	24
Quadro 8 – Deslocações (Nato)	25
Quadro 9 – Deslocações (Osce)	26
Quadro 10 – Evolução das Despesas com Deslocações ao Estrangeiro.....	28
Quadro 11 – Encargos com as “Actividades De Apoio”	31
Quadro 12 – Evolução dos Encargos Assumidos com as “Actividades De Apoio”	31
Quadro 13 – Lançamentos Editoriais	41
Quadro 14 – Evolução do Financiamento das Entidades Autónomas	46
Quadro 15 – Execução Orçamental do Financiamento das Entidades Autónomas.....	47
Quadro 16 – Evolução dos Montantes Orçamentados para Investimento	48
Quadro 17 – Execução Orçamental dos Investimentos	48
Quadro 18 – Projectos de Equipamento/Maquinaría que Transitaram para a Gerência de 2004.....	51
Quadro 19 – Obras que Transitaram para a Gerência de 2004	52
Quadro 20 – Execução Orçamental e Financeira (Classif. Económica)	54
Quadro 21 – Encargos Transitados para 2004 por Classificação Económica.....	55
Quadro 22 – Evolução das Receitas Cobradas	56
Quadro 23 – Receitas Cobradas em 2003.....	57

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Encargos Assumidos	17
Gráfico 2 – Distribuição da Despesa em 2003	18
Gráfico 3 – Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares (N.º de Funcionários)	23
Gráfico 4 – Evolução da Actividade Concursal	35
Gráfico 5 – Efectivos por Grupos Profissionais	36
Gráfico 6 – Efectivos por Escalões Etários	36
Gráfico 7 – Efectivos por Nível Habilitacional.....	37
Gráfico 8 – Nível Habilitacional por Sexo	37
Gráfico 9 – Efectivos por Grandes Áreas de Actividade	38
Gráfico 10 – Evolução dos Lançamentos: 2002-2003	41
Gráfico 11 – Evolução das Vendas na Livraria Parlamentar.....	58

Nota do Conselho de Administração

Para o resultado do exercício de 2003 foi determinante a adopção de uma política sustentada de contenção de despesas, que todavia não prejudicou as responsabilidades assumidas pelo Parlamento, designadamente no quadro das suas relações externas, seja no âmbito das organizações internacionais das quais Portugal é Estado membro, seja no domínio da cooperação interparlamentar, com destaque para a realizada com os países de língua portuguesa.

A gestão prosseguida pelos competentes órgãos da Assembleia da República inscreveu-se num quadro orçamental que, relativamente a 2002 e sem considerar as Entidades Autónomas que funcionam junto da Assembleia da República, decresceu 4,7%, tendo-se orientado por critérios de eficiência e economia, com particular incidência na componente gestionária que releva para a imputação das despesas correntes, com destaque para as medidas adoptadas em matéria de renegociação de contratos com fornecedores após uma avaliação da qualidade das respectivas prestações junto dos vários utilizadores e, ainda, a aquisição de bens de consumo generalizado através de contratos anualizados, com reflexos numa maior economia orçamental e processual.

Esses critérios nortearam igualmente a gestão dos recursos financeiros afectos ao investimento relacionado exclusivamente com a Assembleia da República (4.684 10³ Euros). Este montante traduziu um crescimento de 30,8%, permitindo assim inverter o ciclo de forte desaceleração que o investimento vinha registando nos últimos anos e que atingiu, em 2002, uma quebra de 48,4%, quando representava cerca de 5% na estrutura do respectivo orçamento.

O esforço alcançado permitiu responder a objectivos relacionados com a renovação tecnológica em sistemas considerados indispensáveis ao exercício da actividade parlamentar, cabendo-lhe através do “Equipamento e Aplicações Informáticas” 41,4% do total do investimento previsto para a Assembleia da República. O facto de o grau de execução neste tipo de investimentos ter atingido os 99,8%, fez elevar para 44,3% aquele nível de representatividade. A este propósito, não se pode deixar de realçar os efeitos positivos decorrentes dos projectos implementados, quer em termos da performance do funcionamento dos sistemas informáticos e da rede da Assembleia



da República, que passou de 10 para 100 Megabits, enquanto o aumento da largura de banda de acesso à Internet passou 4 para 10 Megabits, sendo 2 Megabits dedicados exclusivamente ao Canal Parlamento.

O ano de 2003 foi ainda marcado por uma série de iniciativas associadas às Comemorações do Centenário da Sala das Sessões, que convergiram igualmente com o objectivo de abertura do Parlamento aos cidadãos, das quais se destacam as exposições sobre os "100 Anos de Parlamento: 1903-2003" e "Os Espaços do Parlamento" com a edição dos respectivos catálogos, a teatralização dos principais discursos da história parlamentar, pelo grupo de teatro "Os Artistas Unidos" , realizada na Sala do Senado, em 17 de Novembro, a selecção do escultor Rui Sanches para a criação de uma escultura para a entrada principal do Novo Edifício, o lançamento de um concurso de pintura por jovens artistas e a celebração de protocolos com instituições museológicas para a divulgação de arte contemporânea no Palácio de S. Bento.

Merece igualmente destaque o processo de reestruturação empreendido e que deu origem à Lei e Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (Lei nº 28/2003, de 30 de Julho).

Enquadramento Orçamental

OAR2003

No dia 22 de Outubro de 2002, o Conselho de Administração emitiu parecer favorável ao projecto de Orçamento da Assembleia da República para 2003. Posteriormente, o Plenário da AR, na sua sessão de 13 de Novembro de 2002, aprovou o OAR2003 – Resolução n.º 64 publicada no Diário da República n.º 294 - I Série A, de 20 de Dezembro de 2002.

Na versão aprovada do OAR2003, os montantes inscritos para as despesas correntes e de capital ascenderam, respectivamente, a 71.489 10³ Euros e 3.398 10³ Euros, traduzindo uma redução de 4,7% relativamente ao OAR2002, também inicialmente aprovado.

O OAR 2003 foi objecto de uma primeira alteração que ao ser apreciada pelo Conselho de Administração, em 15 de Abril de 2003, a submeteu à aprovação do Plenário da AR ¹, como primeiro Orçamento Suplementar, alterando-se a dotação global de 75.427 10³ Euros para 79.922 10³ Euros, por força de diversos procedimentos, entre os quais se referem:

- Integração do saldo de gerência no montante de 6.591 10³ Euros, valor que ultrapassou o inicialmente inscrito no OAR2003 (2.104 10³ Euros);
- Reforço de 7.500 Euros no grupo Receitas Diversas, referente à integração de 50% da previsão das receitas a cobrar pela CNPD durante o exercício de 2003;
- Reforço das dotações dos vencimentos e outros abonos, de forma a reflectir as actualizações de 1,5% para as remunerações inferiores a 1.008,57 Euros;
- Reajustamento das dotações relativas às remunerações do pessoal requisitado para os serviços da AR;
- Reajustamento de dotações em função da evolução verificada no primeiro trimestre;
- Reforço de diversas rubricas para integração dos encargos transitados do exercício anterior;

¹ Resolução n.º 46-A/2003 publicada no DR n.º 121 – I Série A, 2.º Suplemento, de 26 de Maio

- Transferência de parte da dotação de despesas de capital da Provedoria da Justiça para reforço do seu orçamento de despesas correntes, conforme solicitação dessa entidade.

O segundo Orçamento Suplementar, que obteve parecer favorável do Conselho de Administração em 9 de Dezembro, foi aprovado em Plenário da AR a 19 do mesmo mês² e teve como único objectivo o reforço do orçamento da CNPD no montante de 42.500 Euros, decorrente da integração do diferencial apurado na estimativa da receita a cobrar pela CNPD, ao abrigo do artigo 42.º da Lei 68/98, de 26 de Outubro.

A terceira alteração orçamental não influenciou a despesa global pelo que foi aprovada a 22 de Dezembro pelo CA tendo subjacente o ajustamento do plafond destinado aos grupos parlamentares e respectivo pessoal de apoio.

As alterações promovidas reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2003

Unidade: Euro

	OAR2002*	OAR2003 inicial	OAR2003 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=3/2	5=3/1
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	46.413.360	37.383.645	39.446.930	5,5%	-15,0%
ACTIVIDADES DE APOIO	20.509.736	20.301.355	21.902.939	7,9%	6,8%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.326.353	1.600.650	2.776.239	73,4%	19,3%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	771.180	750.000	842.679	12,4%	9,3%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	9.358.141	9.402.033	9.572.252	1,8%	2,3%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	2.051.237	465.170	-77,3%	-
DESPESAS CORRENTES (1)	79.378.770	71.488.919	75.006.210	4,9%	-5,5%
INVESTIMENTO	3.582.152	3.571.550	4.684.039	31,1%	30,8%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	226.349	366.766	274.047	-25,3%	21,1%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	3.808.501	3.938.316	4.958.086	25,9%	30,2%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	83.187.271	75.427.235	79.964.296	6,0%	-3,9%

* OAR corrigido com as respectivas alterações orçamentais

O OAR2003 corrigido, relativamente ao do ano anterior, regista uma redução global de 3,9%. Esta variação é fortemente influenciada pelo decréscimo de 15% verificado

² Resolução n.º 3/2004, publicada no DR n.º 7 – I – Série A, de 9 de Janeiro.

nas "Actividades Parlamentares", designadamente por não ter havido necessidade de inscrever qualquer verba a título de subvenções para campanhas eleitorais.

Dentro das despesas correntes, a verba destinada à Actividade Editorial teve o maior acréscimo, denotando nomeadamente o esforço exigido pelas comemorações do Centenário da Sala das Sessões, bem como a dinamização e diversificação dos serviços e produtos oferecidos no âmbito desta actividade, como será referido mais adiante.

Quanto ao às despesas de capital, quer a componente de investimento próprio da AR, quer a componente de investimento referente ao Financiamento de Entidades, registaram o maior aumento percentual, no sentido de se alcançar alguma recuperação face à forte contenção verificada no ano anterior: um acréscimo de 30,8% no investimento referente às actividades da AR e 21,1% nas transferências para as Entidades Autónomas destinadas a financiar as respectivas despesas de capital.

Execução Orçamental — 2003

Em 2003, os encargos assumidos atingiram 74.099.710 Euros (Quadro 2), traduzindo-se numa execução orçamental de 92,7% e numa diferença global de 5.864.586 Euros. O grau de execução das despesas correntes e das despesas de capital são da mesma ordem de grandeza: 92,6% e 92,9%, respectivamente.

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

	OAR2003 corrigido	Execução Orçamental	
		Euros	GR%
DESPESAS CORRENTES	75.006.210	69.492.760	92,6%
DESPESAS DE CAPITAL	4.958.086	4.606.950	92,9%
TOTAL DAS DESPESAS	79.964.296	74.099.710	92,7%

Desagregando a execução por actividades (Quadro 3), foi ao nível das despesas correntes que se registou maior volatilidade. A maior taxa de execução orçamental pertence à actividade "Financiamento de Entidades", devido à própria natureza desta, logo seguida pelas Actividades Parlamentares (94,9%) e Actividades de Apoio (90,6%). Relativamente à Cooperação Interparlamentar com, uma taxa de 64,6%,

importa referir que a respectiva execução é em grande parte influenciada pelo escalonamento e ritmo de implementação dos projectos abrangidos pelos protocolos de cooperação.

Quanto às despesas de capital, a amplitude de variação foi menor, variando entre os 93,1% para as despesas de investimento assumidas no âmbito das actividades da AR e 90,6% no âmbito das Entidades Autónomas.

Quadro 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Unidade: Euro

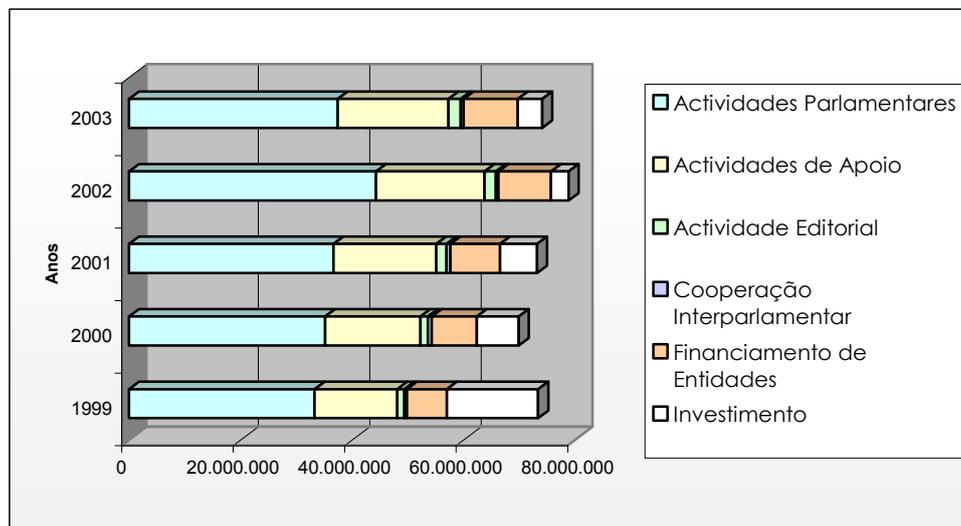
Actividades	OAR2003 corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Estrutura
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	39.446.930	37.434.717	94,9%	50,5%
ACTIVIDADES DE APOIO	21.902.939	19.854.604	90,6%	26,8%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.776.239	2.196.863	79,1%	3,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	842.679	544.727	64,6%	0,7%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	9.572.252	9.461.849	98,8%	12,8%
OUTRAS ACTIVIDADES (*)	465.170	0	0,0%	0,0%
DESPESAS CORRENTES (1)	75.006.210	69.492.760	92,6%	93,8%
INVESTIMENTO	4.684.039	4.358.575	93,1%	5,9%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	274.047	248.375	90,6%	0,3%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	4.958.086	4.606.950	92,9%	6,2%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	79.964.296	74.099.710	92,7%	100,0%

(*) Dotação Provisional não utilizada

Quanto à evolução da despesa realizada por actividades no decurso dos últimos cinco anos, o ano de 2003 foi um ano de alguma recuperação do investimento, após um decréscimo entre 1999 e 2002. Igualmente, é possível observar algum crescimento dos encargos ao nível do financiamento de entidades.

Gráfico 1 – ENCARGOS ASSUMIDOS

Unidade: Euro



No Quadro 4, são explicitados os valores dos encargos assumidos para os dois últimos anos. Com excepção do decréscimo da actividade parlamentar, já referido, todas as outras actividades registaram algum incremento relativamente ao ano anterior, tendo sido mais elevado no tocante ao Investimento (39,5%) e na Cooperação Interparlamentar (14,0%).

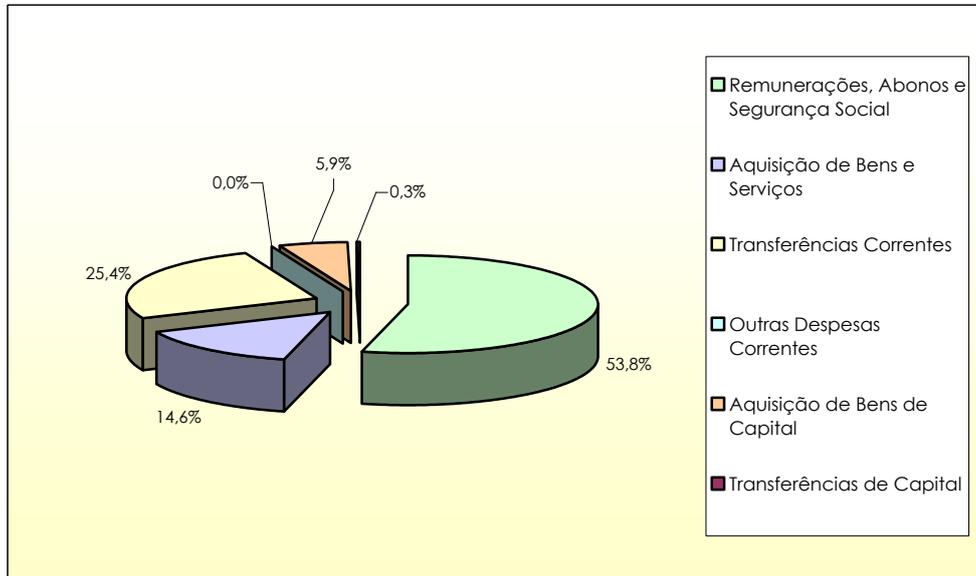
Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Actividades	Enc. Assumidos 2002	Enc. Assumidos 2003	Var%
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	44.312.927	37.434.717	-15,5%
ACTIVIDADES DE APOIO	19.453.882	19.854.604	2,1%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.020.077	2.196.863	8,8%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	477.982	544.727	14,0%
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES	9.426.039	9.710.224	3,0%
INVESTIMENTO	3.125.418	4.358.575	39,5%
TOTAL DAS DESPESAS	78.816.325	74.099.710	-6,0%

O Gráfico 2 apresenta a distribuição da despesa assumida, por agrupamento económico. As Remunerações, abonos e segurança social representam 53,8% do total da despesa de 2003, seguidas das transferências correntes (25,4%).

Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA EM 2003





Actividades Parlamentares

A Assembleia da República é um órgão de soberania, com competências políticas, legislativas e de fiscalização, nos termos da Constituição da República Portuguesa.

Em 2003, no âmbito da actividade parlamentar, deram entrada na Mesa da AR as seguintes iniciativas legislativas: 67 Propostas de Lei, 204 Projectos de Lei, 29 Propostas de Resolução, 124 Projectos de Resolução, 15 projectos de Deliberação e 24 apreciações parlamentares e foram aprovadas 2 Leis Orgânicas, 113 Leis, 89 Resoluções e 6 Deliberações.

Foram também dirigidos pelos Deputados 1.877 Requerimentos ao Governo e 1.440 dirigidos à Administração Local. No mesmo ano foram dadas pelo Governo 1.119 respostas a requerimentos e 714 respostas pela Administração Local.

Realizaram-se 107 reuniões plenárias e 3 reuniões da Comissão Permanente. Também no âmbito da actividade parlamentar foram realizadas 39 Conferências dos representantes dos grupos parlamentares.

A actividade parlamentar originou a produção de Diários da AR, tendo resultado 146 números da I Série, 125 números da II Série-A, 53 números e 53 Suplementos da II Série-B e 54 números da II Série-C. Tal actividade desenvolveu-se a partir da gravação de 5.970 cassetes áudio, gravadas ao longo de 1.467 horas, nas reuniões do Plenário da AR e nas reuniões das Comissões, assim como de 48.426 páginas trabalhadas para a II Série.

O Canal Parlamento produziu 2.800 horas de emissão (em directo e em diferido), correspondentes a reuniões do plenário, das comissões parlamentares e de outros eventos realizados na AR.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 3, as “Actividades Parlamentares” representam 50,5% dos encargos assumidos e um nível de execução de 94,9%. Regista-se no quadro seguinte a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respectivas sub-actividades.

Quadro 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	OAR2003 Corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Estrutura
Presidente da Assembleia da República	103.800	103.238	99,5%	0,3%
Gabinete de Apoio ao Par	974.348	558.445	57,3%	1,5%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	952.727	866.869	91,0%	2,3%
Gabinetes de Apoio dos Vices	282.867	247.614	87,5%	0,7%
Conselho de Administração	82.800	79.958	96,6%	0,2%
Grupos Parlamentares	837.206	833.017	99,5%	2,2%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	5.884.267	5.839.767	99,2%	15,6%
Comissões Parlamentares	69.300	65.824	95,0%	0,2%
Deputados	18.087.770	17.152.458	94,8%	45,8%
Parlamento Europeu	1.223.170	1.169.243	95,6%	3,1%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	8.854	6.145	69,4%	0,0%
Deslocações em Território Nacional	40.552	35.727	88,1%	0,1%
Deslocações ao Estrangeiro	1.867.369	1.631.600	87,4%	4,4%
Deslocações ao Estrangeiro G.P. de Amizade	69.040	0	0,0%	0,0%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	431.700	372.863	86,4%	1,0%
Parlamento das Crianças e dos Jovens	98.770	61.151	61,9%	0,2%
Outros Encargos Parlamentares	8.432.391	8.410.796	99,7%	22,5%
TOTAL DAS DESPESAS	39.446.930	37.434.717	94,9%	100,0%

O quadro anterior possibilita avaliar a estrutura dos encargos assumidos por cada uma das dezassete sub-actividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, sendo possível concluir que 83,9% do total das despesas correspondem às seguintes componentes:

- “Deputados” – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: Vencimentos, Vencimentos Extraordinários, Despesas de Representação, Ajudas de Custo, Despesas de Deslocação, Subsídio de Reintegração, Prestações Complementares, Contribuições para a Segurança Social e Seguros;
- “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal destes Gabinetes;
- “Outros encargos parlamentares” – onde se contabilizam os encargos com as subvenções aos partidos políticos representados na AR, as subvenções para as campanhas eleitorais, quando ocorrem, e as quotizações respeitantes às organizações internacionais que a AR integra.

A evolução dos encargos assumidos com as "Actividades Parlamentares" consta do quadro a seguir.

Quadro 6 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	Enc. Assumidos 2002	Enc. Assumidos 2003	Var%
Presidente da Assembleia da República	114.345	103.238	-9,7%
Gabinete de Apoio ao Par	762.261	558.445	-26,7%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	852.161	866.869	1,7%
Gabinetes de Apoio dos Vices	228.448	247.614	8,4%
Conselho de Administração	72.870	79.958	9,7%
Grupos Parlamentares	812.530	833.017	2,5%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	5.651.311	5.839.767	3,3%
Comissões Parlamentares	59.786	65.824	10,1%
Deputados	16.510.583	17.152.458	3,9%
Parlamento Europeu	1.169.516	1.169.243	0,0%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	7.994	6.145	-23,1%
Deslocações em Território Nacional	11.249	35.727	217,6%
Deslocações ao Estrangeiro	1.050.801	1.631.600	55,3%
Deslocações ao Estrangeiro G.P. de Amizade	2.600	0	-100,0%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	346.908	372.863	7,5%
Parlamento das Crianças e dos Jovens	7.686	61.151	695,6%
Outros Encargos Parlamentares	16.651.875	8.410.796	-49,5%
TOTAL DAS DESPESAS	44.312.927	37.434.717	-15,5%

As "Actividades Parlamentares", em termos globais, registaram um decréscimo de 15,5% relativamente aos encargos assumidos em 2002. Considerando as sub-actividades com maior peso relativo, nomeadamente, "Deputados", "Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares" e "Outros encargos parlamentares", constata-se que apenas esta última sub-actividade apresenta um decréscimo (-49,5%), resultante da inexistência de subvenção para campanhas eleitorais.

Com evoluções crescentes registam-se as deslocações efectuadas no âmbito das "Actividades Parlamentares", verificando-se um aumento dos encargos assumidos, quer ao nível das deslocações para o estrangeiro (55,3%), quer ao nível das deslocações no território nacional (217,6%), neste caso devido ao incremento de deslocações no âmbito das Comissões Parlamentares e dos encargos com os peritos no caso da VIII Comissão Eventual de Inquérito à Tragédia de Camarate. Pelo



contrário, as deslocações no âmbito dos Grupos Parlamentares de Amizade não registaram qualquer execução.

O crescimento das despesas com o “Parlamento das Crianças e dos Jovens” resulta da reformulação gestionária efectuada, nomeadamente quanto à imputação dos encargos suportados com a contratação de uma consultora em regime de avença.

Por outro lado, as Sub-Actividades “Presidente da AR” e “Gabinete de Apoio ao PAR” apresentam um decréscimo de, respectivamente, 9,7% e 26,7%. A redução verificada ao nível da primeira sub-actividade resulta da cessação do subsídio atribuído nos termos do art.º 32º da Lei nº 4/85, de 9 de Abril, auferido no período de Abril a Dezembro de 2002 por até aí não dispor de residência oficial. O decréscimo observado na despesa com o “Gabinete de Apoio ao PAR” resultou da redução do seu *staff*.

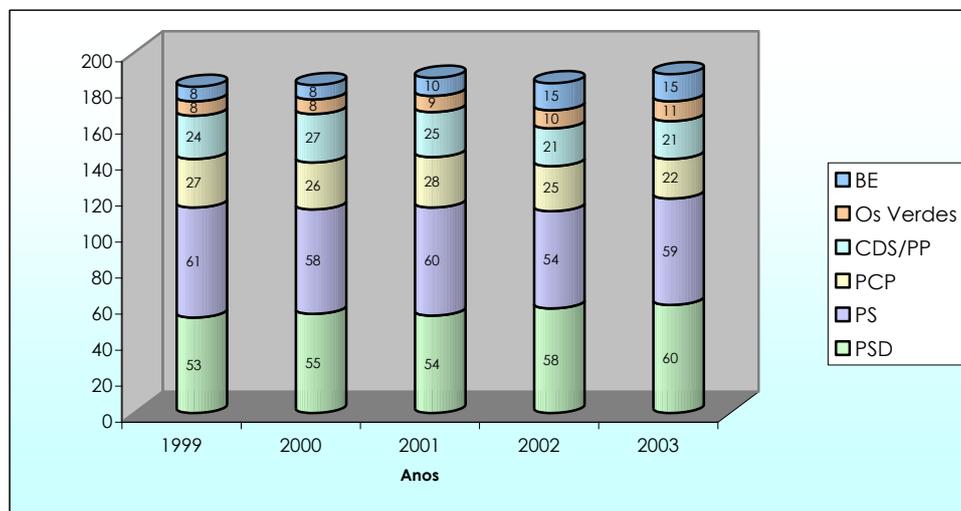
Ainda no âmbito da Actividade Parlamentar, destacam-se para algumas das suas componentes os seguintes indicadores/informação.

Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos cinco anos, é apresentada no Gráfico seguinte.

A gestão das verbas afectas, nos termos do artigo 63.º da LOFAR, é da responsabilidade dos Grupos Parlamentares, destinando-se a suportar os vencimentos e demais abonos do pessoal que integram os respectivos Gabinetes de Apoio.

Gráfico 3 – GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES (N.º de Funcionários)



Comissões Parlamentares

No ano de 2003, as Comissões Parlamentares efectuaram 750 reuniões, 147 das quais contaram com a presença de Membros do Governo. Foram igualmente concedidas 272 audiências e promovidas 307 audições parlamentares.

Em 2003 funcionaram as seguintes comissões parlamentares:

- 1ª - "Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias";
- 2ª - "Assuntos Europeus e Política Externa";
- 3ª - "Defesa Nacional";
- 4ª - "Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente";
- 5ª - "Economia e Finanças";
- 6ª - "Execução Orçamental";
- 7ª - "Educação, Ciência e Cultura";
- 8ª - "Trabalho e Assuntos Sociais";
- 9ª - "Obras Públicas, Transportes e Comunicações";
- 10ª - "Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas";
- 11ª - "Ética".

Funcionaram também as seguintes Comissões Eventuais:

- "Reforma do Sistema Político"

- "Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do EURO 2004"
- "Incêndios Florestais".

Na dependência da Assembleia da República funcionou igualmente a Comissão de Inquérito à Tragédia de Camarate (VIII).

Deslocações ao Estrangeiro

No domínio das Organizações Internacionais das quais Portugal é Estado membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, nas seguintes reuniões internacionais, com deslocações asseguradas pelos Serviços.

No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** realizaram-se 27 deslocações, com a seguinte distribuição:

Quadro 7 – DESLOCAÇÕES (UIP)

Deslocações (UIP)	N.º
Reunião dos 12+ e 108ª. Conferência da União Interparlamentar	3
108ª. Conferência da União Interparlamentar	6
Seminário "O Parlamento e o Processo Orçamental"	1
5ª Mesa Redonda dos Parlamentos sobre desertificação	2
Sessão parlamentar por ocasião da 5ª Conferência Ministerial da OMC	2
109ª. Conferência da União Interparlamentar	5
Reunião inaugural da Rede de Parlamentares Amigos da UNESCO	2
IV Fórum Euro-Mediterrânico das Mulheres Parlamentares	2
58ª Assembleia Geral da ONU e reunião dos parlamentares	2
Cimeira Mundial para a Sociedade de Informação e Painel da UIP	2

No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO** ocorreram 55 deslocações.

Quadro 8 – DESLOCAÇÕES (NATO)

Deslocações (NATO)	N.º
Comissão de Defesa e Segurança	2
Reunião conjunta das Comissões de Economia e Segurança, Defesa e Segurança e Comissão Política	4
Seminário Rose Roth	2
Grupo de Acompanhamento da AP-NATO/Rússia	1
Comissão Permanente	2
Reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia, Defesa e Segurança e Comissão Política	2
Comissão de Economia e Segurança – Fórum 2003 da OCDE	2
Sessão da Primavera	13
Conferência dos Presidentes dos Estados Membros EU/Grupo Especial do Mediterrâneo	1
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança	1
Reunião "Jovens Parlamentares"	1
Visita Anual da AP/NATO	1
Subcomissão para as Relações Transatlânticas	1
Subcomissão para a Europa Central e Oriental	1
Grupo Especial do Mediterrâneo	2
Conferência Organizada pela AP-NATO sobre "Assegurar a Paz: O papel da NATO na Gestão das Crises e a Resolução dos Conflitos"	4
49ª. Sessão Anual da AP-NATO	13
Fórum Parlamentar Transatlântico	2

No quadro da **Delegação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, efectuaram-se 53 deslocações para assegurar a participação nas respectivas sessões ordinárias (28), comissões (23) e subcomissões (2).

No contexto da **Delegação da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, realizaram-se 25 deslocações, distribuídas nos termos do quadro a seguir:

Quadro 9 – DESLOCAÇÕES (OSCE)

Deslocações (OSCE)	N.º
Comissão Permanente e Sessão de Inverno	7
Conferência Sub-regional sobre PME's	1
IV Conferência Parlamentar do Pacto de Estabilidade para o SE Europeu	1
1º Fórum Parlamentar Trans-Asiático	3
Comissão Permanente e 12ª Sessão Anual	5
Comissão Permanente, Conferência do Mediterrâneo e Conferência sobre a Liberdade Religiosa	8

No âmbito da **Delegação da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO)**, efectuaram-se 61 deslocações visando a participação na 1ª e 2ª Partes da 49ª Sessão Ordinária da Assembleia da UEO (12), nas reuniões da “Comissão Política” (8), “Comissão de Defesa” (7), “Comissão Técnica e Aeroespacial” (16), “Comissão Permanente” (2), Comité de Presidentes (5), Colóquio sobre “A nova Estratégia Nacional de Segurança dos EUA – Luta conjunta contra o Terrorismo” (4), Fórum Económico (1) e Conferência sobre “Novos Cenários para uma Segurança e Defesa Comuns na Europa” (6).

No domínio da **União Europeia** realizaram-se 77 deslocações a seguir identificadas:

- Comissão de Obras Públicas nos Parlamentos da U.E. (Roma) (2);
- Convenção sobre o Futuro da Europa - GT “Europa Social” (Bruxelas) (4);
- Convenção sobre o Futuro da Europa (Plenária) (Bruxelas) (22);
- Convenção sobre o Futuro da Europa (Bruxelas) (19);
- Convenção sobre o Futuro da Europa / Tribunal de Justiça (Bruxelas) (1);
- Convenção sobre o Futuro da Europa e Fórum Lituano sobre o Futuro da Europa (Bruxelas e Vilnius) (1);
- Reunião dos Secretários-Gerais dos Países da U.E. (Atenas) (2);
- Reunião Preparatória do Grupo de Trabalho sobre o Papel dos Parlamentos na U.E. (Estocolmo) (1);
- Reunião dos Presidentes da COSAC (Roma) (1);



- Reunião Extraordinária da COSAC (Bruxelas) (6);
- Grupo de Trabalho COSAC (Atenas) (1);
- XXVIII COSAC (Atenas) (7);
- XXX COSAC (Roma) (6);
- Reuniões e contactos com pessoal da REFER no âmbito do Projecto Legislativo Europeu acompanhado pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Bruxelas) (1);
- Hearing no P.E. sobre Telecomunicações Internet Banda Larga (Bruxelas) (2);
- Reunião dos Funcionários dos Parlamentos Nacionais e Convenção sobre o Futuro da Europa (Estrasburgo e Bruxelas) (1).

Importa igualmente relevar as deslocações do **Presidente da Assembleia da República** em visita oficial a Angola, EUA, Eslovénia e Canadá, tendo igualmente participado nos seguintes eventos internacionais:

- Conferência Parlamentar Comemorativa do Cinquentenário do Parlamento da Índia (Nova Delhi);
- Reunião dos Presidentes dos Parlamentos do Mediterrâneo Ocidental (Tripoli), representado por um Vice-Presidente da Assembleia da República;
- Conferência dos Presidentes dos Parlamentos dos Estados Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (Atenas);
- Celebrações Anuais do Heritage Day de Portugal (Boston);
- Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra (Massachusetts);
- Conferência sobre o Alargamento da União Europeia e respectivos Processos de Ratificação (Budapeste), representado por um Vice-Presidente da Assembleia da República;
- Encontro de Trabalho do Grupo de Atenas (Estocolmo), representado pela Vice-Presidente;
- Encontro Interparlamentar (Assembleia da República / Congresso dos Estados Unidos da América) Comemorativo do 60º Aniversário do Acordo Luso-Americano sobre a Concessão de Facilidades Militares no Arquipélago dos Açores.

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades.

Quadro 10 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

	1999	2000	2001	2002	2003
N.º de deslocações	374	490	428	454	468
Despesa assumida	887.860	1.326.802	1.421.574	1.248.930	1.647.382
Despesa/deslocação	2.374	2.708	3.321	2.751	3.520

Importa referir que o crescimento do encargo médio da despesa com todas as deslocações ocorridas no âmbito da Assembleia da República, em 2003, que inclui ajudas de custo, hotéis e transportes, depende não só do número de viagens (um aumento de 3,1% relativamente a 2002) mas do número de noites pagas em hotéis (acréscimo de 10,1%) e ainda dos destinos.

Recepção de Delegações e Entidades Oficiais

No plano das relações externas, para além do apoio dado pelos Serviços da Assembleia da República a algumas iniciativas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelas Comissões Parlamentares ou por entidades exteriores com o patrocínio da Assembleia da República, num total de 40 eventos.

No plano das relações multilaterais, destacam-se as seguintes reuniões:

- Seminário sobre (Segurança no Mediterrâneo Ocidental) da Assembleia da União da Europa Ocidental e reunião do Comité dos Presidentes e da Comissão de Defesa;
- Reunião dos Presidentes dos Parlamentos dos Países do Alargamento da União Europeia com o Presidente do Parlamento Português;
- 3ª Reunião do Conselho do Fórum Parlamentar Inter-Europeu para a População e o Desenvolvimento;
- Visita de Estudo de uma Delegação de funcionários do Parlamento da Suécia;
- Visita de uma Delegação da Comissão de Agricultura e Campos Rurais da Assembleia Popular da China;
- Visita de Delegação Parlamentar tailandesa (Comissão de Revisão de Actas).

No plano das relações bilaterais salientam-se as seguintes cerimónias, para além das inúmeras audiências realizadas:



- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Democrática de Timor-Leste, Dr. José Ramos Horta;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Dr. Aristides Lima;
- Cerimónia de Boas-Vindas à Assembleia da República ao Príncipe das Astúrias;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da Turquia;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da Confederação Suíça;
- Visita da Presidente da Assembleia Nacional da República da Hungria, Katalin Szili;
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento Regional da Renânia Vestfália, Ulrich Schmidt;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República da Polónia;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da Sérvia e Montenegro, Svetozar Marovic;
- Visita do Presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox.

Paralelamente, foram ainda organizadas as seguintes cerimónias comemorativas e de homenagem:

- XIX Aniversário do "25 de Abril";
- Inauguração da Exposição Comemorativa do Centenário da Sala das Sessões e assinatura dos Protocolos com a Instituições Museológicas de Arte Contemporânea;
- Teatralização "Cada dia a cada um a liberdade e o reino" (Centenário da Sala das Sessões).
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;
- Cerimónia de entrega do Prémio "Direitos Humanos 2003";
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos).



A par do objectivo relativo à abertura e relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações, um outro existe orientado para a abertura do Parlamento aos cidadãos, sendo instrumento de divulgação da actividade parlamentar o Boletim Informativo, o qual contem a "Ordem do Dia" das Sessões Plenárias, os agendamentos futuros, bem como toda a informação sobre a restante actividade parlamentar. Durante o ano de 2003 foram editados 102 Boletins Informativos, com uma tiragem média de 550 Boletins por Reunião Plenária.

O conteúdo dos mesmos tem sido difundido também através da INTERNET, no site da Assembleia da República www.parlamento.pt.

Ainda de acordo com o objectivo de dar a conhecer o Parlamento, organizaram-se 325 visitas à Assembleia da República, as quais envolveram 14.037 pessoas, sendo a sua maioria visitas de estudo para os diversos graus de ensino. Viabilizou-se também a assistência às sessões plenárias a 20.364 pessoas. Dezoito grupos foram recebidos por Deputados e a 52 grupos foi facultada a possibilidade de almoçarem no refeitório da Assembleia da República.

Prestou-se, também, apoio aos órgãos de Comunicação Social, para o desenvolvimento da sua missão no decurso das Sessões Plenárias.

Outros Encargos Parlamentares

Esta sub-actividade registou relativamente a 2002 uma redução de 49,5%, em virtude da inexistência de actos eleitorais.

Desta forma, os "Outros Encargos Parlamentares" englobaram somente as quotizações e as subvenções aos partidos políticos representados na Assembleia da República. No que se refere à primeira rubrica, a execução orçamental foi de 77,5%, ou seja, os encargos assumidos com quotizações foram de 48.074 Euros. Por outro lado, a execução orçamental das subvenções foi plena, correspondendo a 8.363 10³ Euros, enquanto em 2002 esta mesma rubrica teve um encargo de 8.134 10³ Euros.

Actividades de Apoio

As Actividades de Apoio corresponderam, em 2003, a 26,8% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a sub-actividade "Serviços da Assembleia da República" como a mais representativa na estrutura de despesa, com 60,3% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro 11).

Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	OAR2003 corrigido	Encargos assumidos		
		Euros	GR%	Estrutura
Serviços da Assembleia da República	13.178.672	11.972.141	90,8%	60,3%
Serviços de Apoio à Secretária-Geral	293.131	287.215	98,0%	1,4%
Formação de Pessoal	177.363	156.944	88,5%	0,8%
Acção Social	1.300.722	983.335	75,6%	5,0%
Despesas de Funcionamento	6.855.722	6.359.902	92,8%	32,0%
Gabinete Médico	97.330	95.066	97,7%	0,5%
TOTAL	21.902.939	19.854.604	90,6%	100,0%

O crescimento de 2,1% dos encargos assumidos com as Actividades de Apoio (Quadro 12), ficou abaixo da inflação anual. A evolução registada no domínio da formação está associada à natureza dos conteúdos formativos, que exigiram a prestação de serviços por empresas privadas, com reflexos directos nos encargos.

Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	Enc. Assumidos 2002	Enc. Assumidos 2003	Var%
Serviços da Assembleia da República	12.153.461	11.972.141	-1,5%
Serviços de Apoio à Secretária-Geral	263.565	287.215	9,0%
Formação de Pessoal	85.279	156.944	84,0%
Acção Social	1.140.187	983.335	-13,8%
Despesas de Funcionamento	5.732.280	6.359.902	10,9%
Gabinete Médico	79.109	95.066	20,2%
TOTAL	19.453.882	19.854.604	2,1%

Gestão das Actividades de Apoio

A gestão das várias actividades de apoio assentou, desde logo, na prossecução dos objectivos relativos à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão e na utilização eficiente e optimizada dos recursos disponíveis, com reflexos na redução de custos.

Neste domínio, destacam-se as seguintes medidas:

- Ajustamento e consolidação e de procedimentos informatizados destinados a facilitar a abertura de procedimentos de aquisição de bens e serviços;
- Implementação de um sistema de gestão interna de “requisições electrónicas” para consumíveis, mobiliário e outros bens;
- Monitorização dos contratos a serem realizados em cada ano e os respectivos encargos assumidos, desenvolvendo-se, para o efeito, um método de organização, controlo e gestão dos contratos geridos pela AR;
- Implementação do sistema de avaliação de desempenho dos serviços contratados pela AR, baseado em inquéritos enviados aos vários serviços para recolha do seu grau de satisfação;
- Criação de um novo sistema de controlo e gestão das garantias bancárias e outras cauções detidas pela AR, destinado à área de procedimentos de adjudicação de obras e à área contabilística;
- Negociação de um novo preçário da PT Prime para redes fixas, resultando na redução do preço das comunicações de, aproximadamente, 23%;
- Redução dos custos nos acessos à *internet* na Sala da Comunicação Social, através da substituição das linhas RDIS por acesso directo através da linha dedicada da Assembleia da Republica à Internet;
- Realização de contratos anualizados para a aquisição de bens consumíveis, assegurando assim uma real e significativa diminuição dos actos administrativos e uma maior celeridade na aquisição deste tipo de bens, desburocratizando todo o processo, desde o momento do pedido, em que se eliminaram as consultas por cada bem adquirido, como também no momento de pagamento, pois a facturação passou a ser única e mensal.

A gestão de actividades de apoio ao trabalho parlamentar pautaram-se também por objectivos de permanente melhoria das condições de trabalho, que em muitos casos



vão para além da gestão corrente, por exigirem projectos de investimento como os ocorridos quer no âmbito da evolução tecnológica da Assembleia da Republica e desenvolvimento dos sistemas integrados de informação, de acordo com a evolução verificada no mercado destas tecnologias e nas necessidades dos nossos clientes tanto internos como externos, quer ainda na requalificação de espaços e renovação de equipamentos, como mais adiante, e a propósito da análise ao investimento, se detalhará.

Assim, e ainda dentro deste objectivo, procedeu-se ao reforço da politica de aquisições, orientada para o acompanhamento e actividade parlamentar, tendo sido adquiridos para o fundo documental da Biblioteca 953 novos títulos de monografias e efectuadas as renovações de assinaturas de várias centenas de títulos de publicações periódicas.

Foi contratado, após concurso, um novo serviço de gestão de informação de imprensa, de rádio e televisão, que permite a consulta *on-line* a noticias seleccionadas dos jornais diários e semanários de distribuição nacional, aos noticiários das televisões e rádios generalistas, a revistas de grande tiragem de conteúdo geral, bem como de natureza económica e/ou política e aos principais jornais regionais dos Açores e Madeira.

Concluiu-se o processo de reconversão retrospectiva de todas as publicações não tratadas da Biblioteca, encontrando-se, assim, informatizado todo o seu espólio documental.

Deu-se ainda tratamento de encadernação a 46 volumes da colecção dos Diários do Governo de 1834 a 1859, que se encontravam em mau estado de conservação e foi restaurado o incunábulo com o título " regula sancti doctoris Augustini per hugonem de sancto vitore declarata", publicado em Veneza em 1495.

Acresce igualmente destacar que se deu inicio ao projecto de recuperação retrospectiva dos dados não tratados resultantes da tramitação do processo legislativo e actividade parlamentar desde a I Legislatura (1976) até à VII Legislatura (1999).

Gestão de Recursos Humanos

Compatibilizar o desempenho, o aumento da eficiência e a economia de recursos constituiu, durante o ano de 2003, a tarefa empreendida no âmbito da gestão dos recursos humanos, tendo sido prosseguida uma actuação fortemente balizada em critérios de contenção.

Contudo, a necessidade de reposição das dotações de pessoal nos serviços numa óptica de se conseguir sempre a melhor relação custo/benefício, ou seja orientando-se a acção mais para a qualidade e menos para a quantidade dos recursos, resultou na abertura de concursos de ingresso para suprir as carências ao nível do pessoal técnico superior e técnico-profissional nas seguintes áreas:

- Apoio parlamentar;
- Gestão patrimonial;
- Gestão financeira;
- Informática;
- Museografia;
- Recursos humanos;
- Relações públicas.

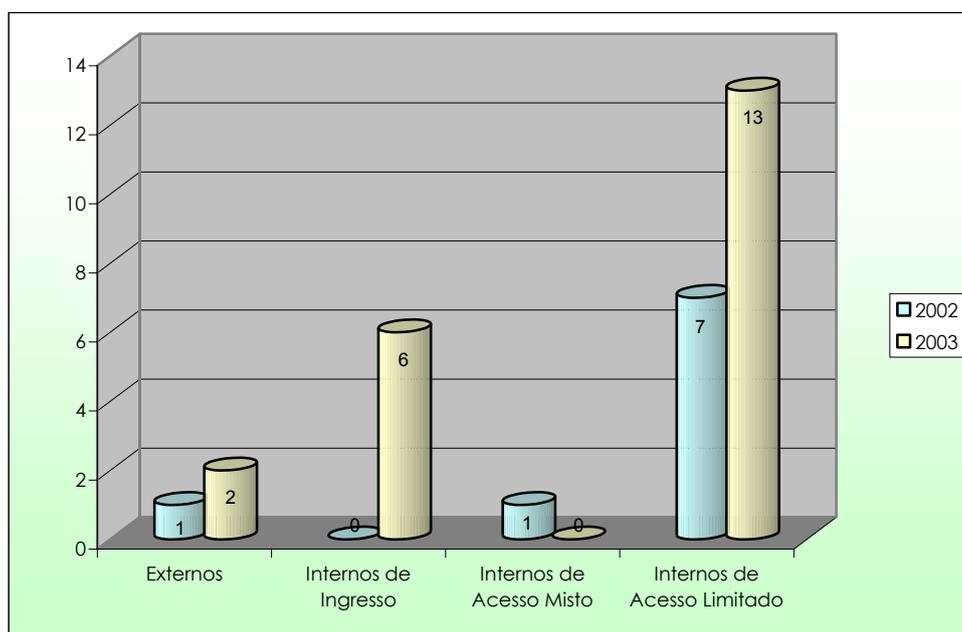
Também na sequência do desenvolvimento das competências, aliado ao desempenho e à disponibilidade dos recursos humanos afectos aos serviços, promoveu-se a abertura de concursos de acesso, (processos associados à normal evolução nas carreiras profissionais) nas áreas de:

- Arquitectura;
- Assuntos culturais;
- Audiovisual;
- Informática
- Redacção;
- Relações públicas.

A evolução representada no Gráfico 4 revela um incremento da actividade concursal, registada especialmente a partir da segunda metade de 2003. Este incremento resultou da clarificação das regras dos concursos operada pela Resolução 59/2003, de

28 de Julho que, para além de alterar as dotações do quadro, redistribuiu-as em função das prioridades e necessidades dos Serviços, simplificando e flexibilizando a escolha dos tipos de concurso a utilizar em cada caso com reforço da capacidade de gestão interna. Contudo, tal incremento não se reflectiu no aumento do total de efectivos, em virtude da tramitação processual não se ter concluído no ano da abertura dos concursos, ou seja, em 2003.

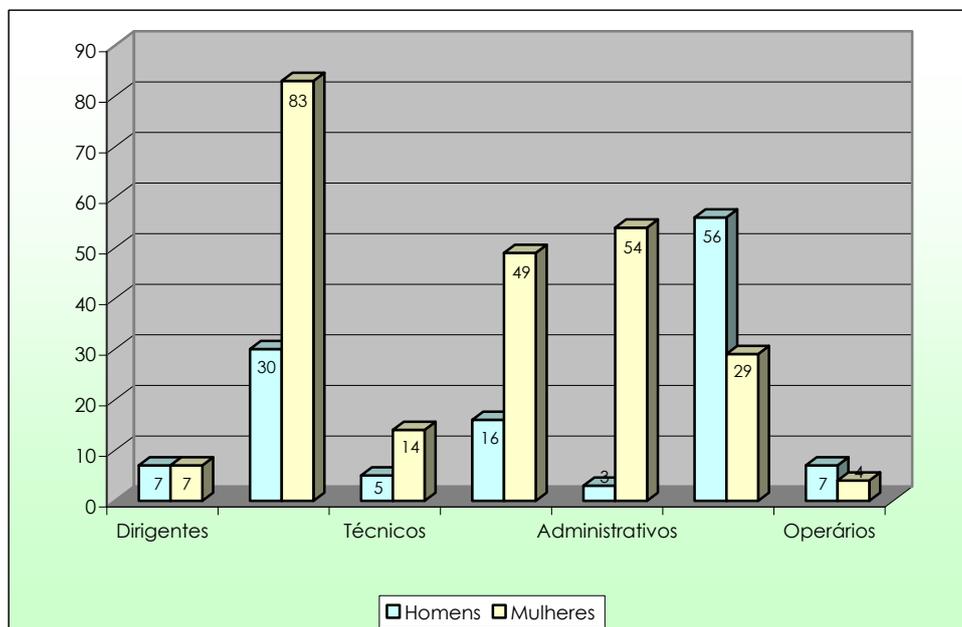
Gráfico 4 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL



Dos concursos iniciados em 2002 e concluídos em 2003, resultou a admissão de quatro funcionários, que representam 1,1% do total dos efectivos e a promoção profissional de 1,6%, distribuídos pelos grupos profissionais: técnico superior e técnico-profissional.

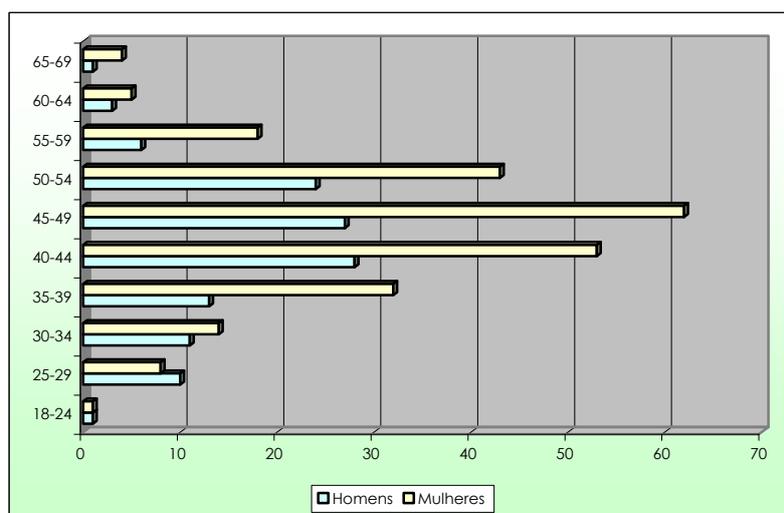
Manteve-se a tendência já registada em 2002, para a redução dos efectivos, resultado de factores como a aposentação e os mecanismos de mobilidade, que se reflectiram em todos os grupos profissionais, com excepção dos grupos de dirigente, técnico-profissional e operário. A AR tem 364 funcionários em efectividade de funções que se distribuem pelos grupos profissionais representados no Gráfico 5, sendo a representatividade do grupo dos técnicos superiores de cerca de 31% do total dos efectivos.

Gráfico 5 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



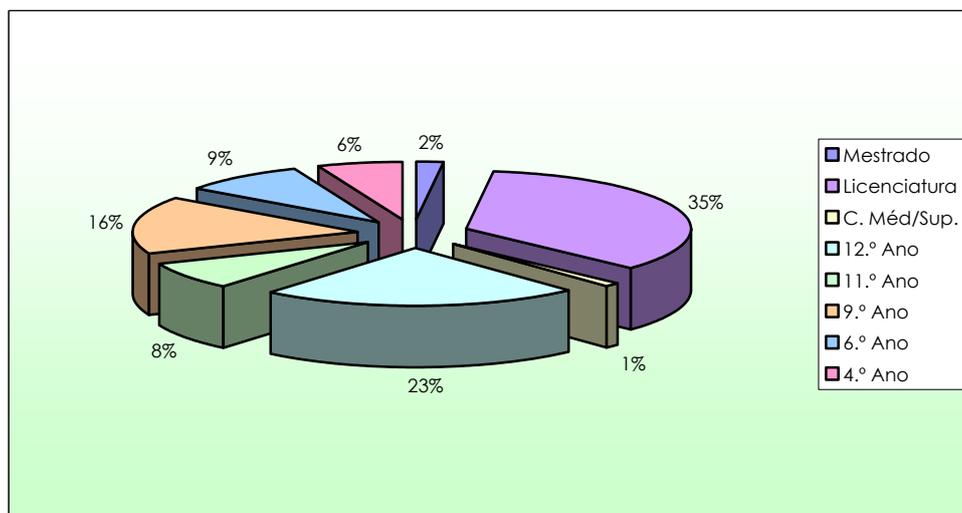
A idade média dos efectivos situa-se nos 44,8 anos, conforme evidencia o Gráfico 6, representativo da distribuição dos efectivos pelos escalões etários considerados. A tendência para a subida continua a verificar-se, traduzindo-se num aumento médio de 0,5% durante os últimos cinco anos.

Gráfico 6 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



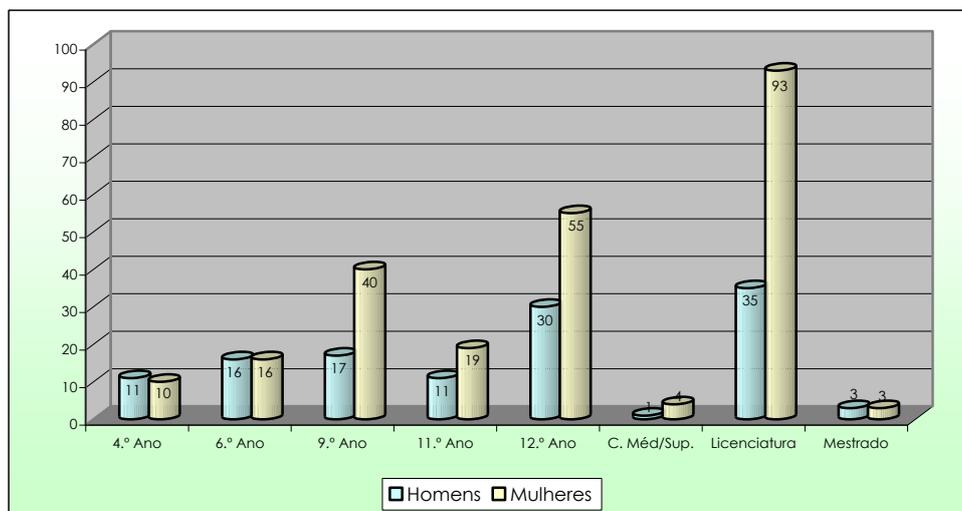
A distribuição dos efectivos por nível habilitacional, representada no Gráfico 7, mantém-se sem alterações significativas e evidencia a maior representatividade dos detentores de habilitações académicas mais elevadas, designadamente dos licenciados e dos que concluíram o 12º ano.

Gráfico 7 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



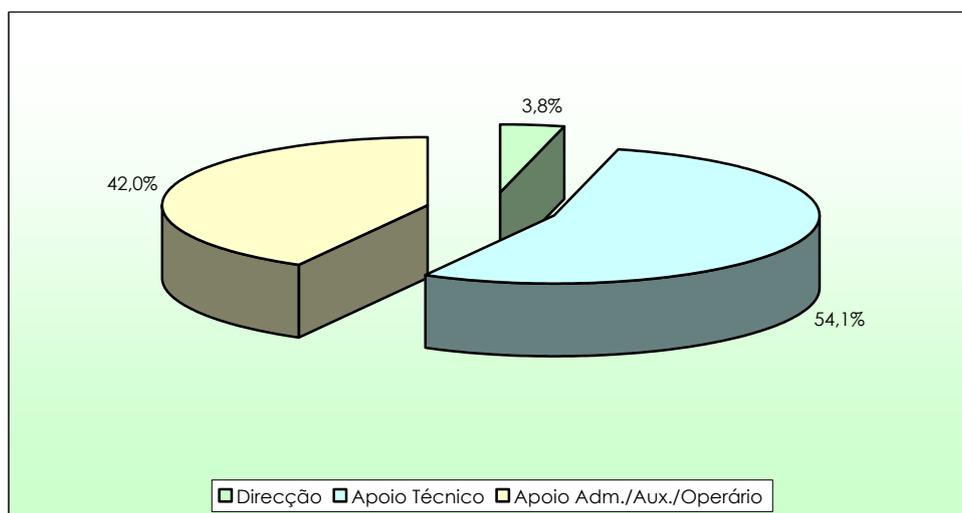
Nos níveis habilitacionais mais elevados, são as mulheres que detêm a maior representatividade, conforme se evidencia no gráfico abaixo.

Gráfico 8 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



Considerando as várias áreas de actividade, os efectivos distribuem-se conforme a seguinte representação gráfica.

Gráfico 9 – EFFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



Destaque para o índice de tecnicidade que apresenta uma subida, passando de 53,8%, em 2002, para 54,1% em 2003.

A formação é uma área da gestão que assume particular importância enquanto instrumento indutor da mudança, orientando-se a sua acção para o desenvolvimento das competências, aptidões e capacidades práticas dos funcionários, indispensáveis a um qualificado exercício de funções.

A aposta na formação como instrumento estratégico para a consecução dos objectivos da AR é determinante para se atingir a qualidade em todas as áreas da actividade parlamentar e interparlamentar.

Tendo-se por referência um Plano de Formação, cujo suporte metodológico assenta em quatro fases: diagnóstico, levantamento de necessidades de formação, planeamento de intervenções/actividades formativas, desenvolvimento e execução das acções, acompanhamento e avaliação do seu impacto, promoveram-se 14 acções de formação internas, com a assessoria de empresas especializadas, que incidiram nas áreas de informática, línguas estrangeiras (inglês e francês) e comunicação pessoal que foram dirigidas a 120 funcionários parlamentares.



No âmbito da formação externa 76 funcionários participaram em 106 acções, realizadas sob a responsabilidade de entidades públicas e privadas, com incidência em matérias específicas: políticas públicas, assuntos europeus, assuntos jurídicos, gestão financeira e contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão administrativa e de secretariado e informática para profissionais.

Refere-se que o desenvolvimento do Plano de Formação se aproximou significativamente do que havia sido previsto. Foram realizadas 3.743 horas, de formação nas quais participaram 53,8% do total dos efectivos.

Actividade Editorial

Neste domínio, a propósito das comemorações do Centenário da Sala das Sessões, foram desenvolvidas várias iniciativas e eventos, destacando-se:

- Exposição “100 Anos de Parlamento – 1903-2003, inaugurada no Átrio Principal do Palácio de S.Bento, (17 de Junho a 28 de Setembro de 2003), acompanhada de edição do respectivo catálogo. Após aquela data, a exposição tem sido objecto de itinerância em diversos estabelecimentos de ensino e museus;
- Exposição sobre “Os espaços do Parlamento” de Outubro a Dezembro de 2003, com a edição do respectivo catálogo;
- Edição de peças de cerâmica alusivas às comemorações;
- Teatralização dos principais discursos da história parlamentar, pelo Grupo de Teatro “Os Artistas Unidos”, realizada na Sala de Senado em 17 de Novembro;
- Celebração de protocolo com instituições museológicas (CGD-Culturgest, Fundação de Serralves, Fundação Berardo, Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto Português dos Museus) para a divulgação de arte contemporânea no Palácio de S.Bento;
- Selecção do escultor Rui Sanches para a criação de uma escultura para a entrada principal do Novo Edifício;
- Lançamento de um concurso de pintura por jovens artistas.

Por outro lado, por parecer do Grupo do Trabalho para os Assuntos Culturais (GTAC), procedeu-se à reformulação da política editorial, no que diz respeito à Colecção Parlamento, através da alteração dos critérios editoriais dessa colocação que levou não só à eliminação de um conjunto de títulos de obras cuja publicação estava prevista, bem como à rescisão do contrato de co-edição com as Edições Afrontamento. Na sequência, foi lançado um concurso visando a selecção de um novo parceiro editorial para dar continuidade à Colecção Parlamento.

Ainda com o objectivo de renovar a linha editorial destinada às crianças e jovens procedeu-se à edição da obra “A Longa História do Poder” de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães. Em paralelo editou-se um calendário escolar.

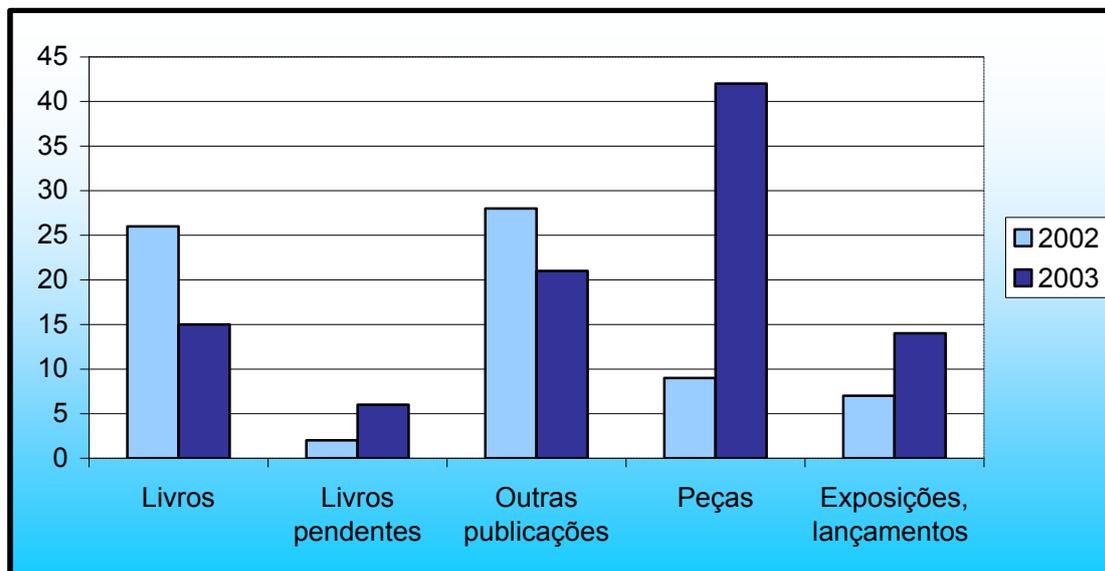
A quantificação dos vários tipos de edições consta do quadro a seguir.

Quadro 13 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Livros	N.º de Lançamentos
Edições e reedições exclusivas da Assembleia da República	14 (publicadas) 6 (pendentes)
Colecção Parlamento	1
Apoio a edições e co-edições	5
Brochuras	2
Desdobráveis, folhetos, postais, convites e marcadores, catálogos de publicações e de peças	10
Agendas de bolso, de secretária blocos e calendários	3
CD-rom visita virtual	1

O Gráfico 10 exprime a evolução da produção editorial.

Gráfico 10 – EVOLUÇÃO DOS LANÇAMENTOS: 2002-2003



A Assembleia da República participou com pavilhão próprio nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto e, ainda, sem envolvimento directo de funcionários, na feira do Livro Português em Díli, organizado pelo Instituto Camões. Também participou na Feira do Livro Usado, em Lisboa, organizado pela editorial Caminho, bem como na Feira do Livro Académico, organizado pela Associação Académica de Lisboa e que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade Clássica.



O espaço da Livraria Parlamentar acolheu as seguintes exposições:

- António Colaço, na Livraria Parlamentar, de 11 de Fevereiro a 7 de Março de 2003;
- Fernando d'Oliveira Aguiar, na Livraria Parlamentar, de 21 de Outubro a 22 de Novembro de 2003;
- Natália Correia, na Livraria Parlamentar, de 6 de Maio a 4 de Julho de 2003, em colaboração com a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada;

No átrio do Novo Edifício realizou-se a exposição “Me, Blue and You...against discrimination” de 1 a 12 de Setembro de 2003, em colaboração com a Fenarcerci.

No sentido de diversificar a oferta da Livraria Parlamentar e em simultâneo incrementar a frequência dos cidadãos e promover aquele espaço, procedeu-se à realização de contratos de consignação e conta firme com 32 editoras/distribuidoras para a comercialização na Livraria Parlamentar de publicações externas à Assembleia da Republica.

Também com o objectivo de reforçar a divulgação do Parlamento e da sua actividade, reformulou-se o site da Internet, que passou a disponibilizar:

- Actividade do Presidente da Assembleia da República;
- Páginas com informação sobre deputados, grupos parlamentares, círculos eleitorais e Mesa da Assembleia da Republica;
- Informação sobre a tramitação do Processo Legislativo e Actividade Parlamentar (PLC);
- Boletim Informativo;
- Composição e actividade das Comissões Parlamentares;
- Agenda do dia.

Neste domínio iniciou-se o processo de implementação de Weblogs e páginas pessoais dos deputados.



Cooperação Interparlamentar

No âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa, destacam-se os seguintes desenvolvimentos.

ANGOLA

No quadro da cooperação com a Assembleia Nacional de Angola, foi realizada uma missão de avaliação do Programa de Cooperação 2001/2002 e, a 24 de Janeiro, foi assinado um novo Programa de Cooperação para o biénio 2003/2004. Este Programa, na sequência dos programas até aqui cumpridos, integra acções de formação, estágios, missões de apoio técnico e apoio material.

Foram realizadas missões de assistência técnica, nas áreas das relações internacionais, do apoio às Comissões e à Mesa, e dos Núcleos Provinciais. Quanto à formação, 15 técnicos da Assembleia Nacional, usufruíram de estágios no Parlamento português e/ou de cursos no Instituto Nacional de Administração.

De destacar, em Março, a visita oficial do Presidente da Assembleia da República a Angola, com uma Delegação parlamentar, tendo sido assinado, a 14 de Março, um Protocolo de Cooperação entre os dois Parlamentos.

Teve lugar uma visita de estudo de uma Delegação do Conselho de Administração da Assembleia Nacional que manteve reuniões de trabalho com o Conselho de Administração, a Secretária-Geral e a Direcção de Serviços de Apoio e Secretariado. Também o Primeiro Secretário da Mesa realizou uma visita de trabalho sobre o modo de funcionamento do Parlamento português no tocante ao processo legislativo.

CABO VERDE

Em Janeiro, realizou-se em Lisboa a primeira reunião da Comissão Mista Permanente, criada ao abrigo do aditamento ao Protocolo de Cooperação Parlamentar, assinado entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde.



No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar 2001/2003, deslocaram-se à Cidade da Praia dois técnicos parlamentares portugueses para executarem duas missões de assistência técnica nas áreas do Apoio às Comissões e Apoio ao Plenário. Por outro lado, estiveram na Direcção de Serviços de Apoio e Secretariado da Assembleia da República cinco funcionários da Assembleia Nacional para realizarem formação *on job*.

MOÇAMBIQUE

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Moçambicano 2001/2003 realizaram-se na Assembleia da República de Moçambique duas missões de assistência técnica nas áreas de Documentação e Informação e Relações Públicas e Internacionais.

Relativamente à formação, o Parlamento português recebeu 12 técnicos moçambicanos que beneficiaram de estágios nas áreas de Recursos Humanos e Administração, Aprovisionamento e Património, Gestão Financeira e Relações Públicas, Protocolo e Relações Internacionais.

Tal como previsto nos seus termos de referência procedeu-se, em Setembro, à avaliação final do Programa de Cooperação Parlamentar 2001/2003, no seguimento da qual foi assinado pelos Secretários-Gerais dos dois Parlamentos, no dia 23, em Maputo, o novo Programa de Cooperação Parlamentar 2003/2005.

Para além deste Programa assegurar a continuidade do precedente, vai igualmente ao encontro das prioridades delineadas no Projecto de Plano Estratégico apresentado pela Assembleia da República de Moçambique para o período 2003-2007.

S.TOMÉ E PRÍNCIPE

No tocante ao Programa de Cooperação 2000/2003 foi realizada uma missão à Assembleia Nacional de S.Tomé e Príncipe no sentido de proceder à sua avaliação final. Na mesma altura, foi assinado, a 5 de Dezembro, um novo Programa de Cooperação para o triénio 2004/2006.



Efectuaram-se ainda estágios de formação de técnicos santomenses nas áreas da Redacção, Apoio ao Plenário, Documentação e Informação, e Relações Públicas e Internacionais.

TIMOR-LESTE

Decorreu no início do ano de 2003, em Díli, uma missão de reconhecimento e de diagnóstico com vista à elaboração dos termos de referência do Programa de Cooperação. A missão integrou três Directores de Serviço desta Assembleia da República.

Desenvolveram-se três missões de assistência técnica, devidamente enquadradas no Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Timorense 2003/2005, nas áreas jurídica, apoio ao plenário, apoio à comissões especializadas e gestão financeira e patrimonial.

Em Abril, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Dr. José Ramos-Horta, efectuou uma visita oficial ao Parlamento português. No mesmo mês, esteve igualmente em Lisboa uma delegação parlamentar de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacional.

O Presidente do Parlamento Nacional, Francisco Guterres "Lu'olo", deslocou-se em visita oficial à Assembleia da República em Outubro, sendo acompanhado por dois Assessores e um Deputado.

Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa

O IV Encontro dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa teve lugar em Lisboa e contou com a presença de Delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e, pela primeira vez, do Brasil e de Timor-Leste.

Precedendo esse evento, teve lugar um Seminário sobre a Reforma dos Parlamentos e a Formação, no qual foram abordados os temas: "Formação Parlamentar e Interparlamentar" e "Eixos Estratégicos e Prioridades da Formação Parlamentar".

Financiamento de Entidades Autónomas

Neste agrupamento integra-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, nomeadamente a AACCS, CNE, CNPD, Provedoria de Justiça e CADA, como as verbas destinadas a suportar os encargos decorrentes da actividade do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações e ainda para o Grupo Desportivo Parlamentar e Outras Entidades Públicas ou Privadas.

Quadro 14 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

Entidades	OAR2002 corrigido	OAR2003 corrigido	Var%
Alta Autoridade para a Comunicação Social	1.918.077	1.956.438	2,0%
Comissão Nacional de Eleições	1.028.500	1.049.000	2,0%
Provedoria de Justiça	4.963.527	5.062.798	2,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.003.276	1.073.342	7,0%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	610.529	622.740	2,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	12.720	12.720	0,0%
Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações	11.300	30.000	165,5%
Outras Entidades Públicas ou Privadas	36.561	39.261	7,4%
TOTAL	9.584.490	9.846.299	2,7%

O encargo total com essas transferências e tal como revela o quadro anterior, excedeu os valores do ano anterior em 2,7%, sendo de destacar que os orçamentos das Entidades Autónomas não ultrapassaram um crescimento superior a 2%, com excepção da CNPD na sequência da integração, através do 2º Orçamento Suplementar da Assembleia da República, das receitas cobradas por esse organismo.

Em termos de execução orçamental, a actividade regista um nível de quase execução plena (98,6%), como se infere do quadro apresentado a seguir.

Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

Entidades	OAR2003 corrigido	Enc. Assumidos 2003	GR%
Alta Autoridade para a Comunicação Social	1.956.438	1.892.931	96,8%
Comissão Nacional de Eleições	1.049.000	1.046.900	99,8%
Provedoria de Justiça	5.062.798	5.062.798	100,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.073.342	1.021.726	95,2%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	622.740	622.740	100,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	12.720	12.720	100,0%
Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações	30.000	19.289	64,3%
Outras Entidades Públicas ou Privadas	39.261	31.120	79,3%
TOTAL	9.846.299	9.710.224	98,6%

Investimentos

O crescimento global dos valores orçamentados para o investimento, na ordem dos 31% (Quadro 16) inverteu a tendência que se vinha registando nos anos mais recentes, conferindo ao Orçamento da Assembleia da República, enquanto única fonte de financiamento dos seus investimentos, uma maior capacidade para concretizar obras de manutenção e requalificação exigidas pelos imóveis propriedade da Assembleia da República e proceder à renovação tecnológica e melhoria dos sistemas aplicativos.

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2002 Corrigido	OAR2003 Corrigido	Var%
Edifícios	1.301.306	1.711.451	31,5%
Material de Transporte	1.110	0	-100,0%
Equipamento e Aplicações de Informática	1.269.695	1.937.033	52,6%
Maquinaria e Equipamento	884.064	936.805	6,0%
Outros Investimentos	125.977	98.750	-21,6%
TOTAL	3.582.152	4.684.039	30,8%

Em termos de execução orçamental, regista-se uma taxa global de 93,1%, a que corresponde um saldo de 325.464 Euros (Ver Quadro 17). É, no entanto, de salientar que os investimentos em “Equipamento e Aplicações de Informática” teve uma execução praticamente plena.

Quadro 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2003 Corrigido	Encargos Assumidos 2003	GR%
Edifícios	1.711.451	1.430.502	83,6%
Material de Transporte	0	0	-----
Equipamento e Aplicações de Informática	1.937.033	1.932.879	99,8%
Maquinaria e Equipamento	936.805	905.352	96,6%
Outros Investimentos	98.750	89.843	91,0%
TOTAL	4.684.039	4.358.575	93,1%

Com efeito, no âmbito da componente “**Equipamentos e Aplicações Informáticas**” foram desenvolvidos projectos que incidiram fundamentalmente nos seguintes domínios:

- **AR 2000 e Intranet**

- Estas são as duas principais soluções implementadas na rede da AR: a primeira integra o novo ambiente de servidores Windows 2000, o correio electrónico Microsoft/Exchange e a gestão dos ficheiros e impressoras; a segunda engloba o portal da Internet com as aplicações nele disponibilizadas.

Como intervenções mais significativas destacam-se as seguintes:

- Início do processo de instalação de sistemas de mensagens instantâneas do Windows, permitindo a comunicação interna entre postos de trabalho com possibilidade de visualização dos interlocutores;
- Instalação de um sistema de gestão dos servidores e dos postos de trabalho da rede da Assembleia da Republica, permitindo a respectiva instalação, actualização, manutenção e gestão remota;
- Actualização do sistema operativo dos servidores Windows 2000 para Server 2003;
- Instalação de um interface dinâmico para disponibilização das principais notícias da Lusa.

- **Sistemas informáticos dos Grupos Parlamentares**

- Os Grupos Parlamentares asseguram a gestão directa e autónoma dos respectivos sistemas, sendo a infra estrutura tecnológica dos mesmos assegurada pelos Serviços da Assembleia da Republica (CINF). Destaca-se como intervenção mais relevante a substituição dos servidores por novo equipamento em Cluster, proporcionando uma disponibilidade permanente das funções/serviços neles residentes. Esta arquitectura encontra-se instalada em todos os Grupos Parlamentares (está a ser ultimada a instalação no GP/BE).

- **Desenvolvimento de aplicações**

➤ Nesta vertente, prosseguiu-se com o desenvolvimento de novos módulos na aplicação relativa ao Processo Legislativo e Actividade Parlamentar (PLC), bem como com o projecto de substituição da base de dados relativa ao Sistema de Informação Base da Assembleia da Republica (SIBAR).

- **Rede da Assembleia da Republica**

➤ A rede foi objecto de uma actualização que lhe permitiu aumentar a capacidade de comunicação de 10 para 100 Megabits. Em paralelo, procedeu-se ao aumento da largura de banda do acesso à Internet de 4 para 10 Megabits, sendo 2 Megabits dedicados exclusivamente ao Canal Parlamento. Assinala-se que a taxa de ocupação das linhas de acesso à Internet é inferior em 50% à capacidade total da largura de banda instalada.

- **Actualização de hardware e software dos postos de trabalho.**

➤ Neste domínio substituíram-se 100 Desktops Pentium II e 150 Pentium III, que atingiram o limite de vida útil, por equipamentos Pentium IV. Foram também substituídos 100 portáteis atribuídos aos deputados. Procedeu-se, igualmente, à actualização do sistema operativo, de Windows 2000 para o Windows XP, bem como da aplicação Microsoft Office.

Os investimentos imputados a “ **Maquinaria e Equipamento**”, com uma taxa de realização de 96,6%, orientaram-se para a aquisição de meios visando:

- Melhorar as condições de suporte ao Canal Parlamento;
- Instalar equipamento áudio e monitores de vídeo na Sala do Senado;
- Equipar com sistema de som e mobiliário o anfiteatro da Casa Amarela;
- Apetrechar com televisores a DRAA, a sala da Régie e Gabinetes parlamentares;
- Renovar sistemas de AVAC;
- Instalar equipamento de recolha selectiva de papel, tinteiros e pilhas.

Procedeu-se, ainda, à remodelação de mobiliário em alguns gabinetes de trabalho dos Serviços e dos Grupos Parlamentares

Esta rubrica apresenta encargos assumidos para a Gerência de 2004 no valor de 91.833 Euros, no qual se encontram incluídos, designadamente, os equipamentos a seguir identificados.

Quadro 18 – PROJECTOS DE EQUIPAMENTO/MAQUINARIA QUE TRANSITARAM PARA A GERÊNCIA DE 2004

Equipamentos/maquinaria
Estrutura de suporte de painéis móveis destinados a guardar a reserva do Museu
Projectores de Iluminação das alas do Hemiciclo - Centenário
Montagem de três unidades de ar condicionado para o GP/BE
Aquisição de uma objectiva angular móvel para o sistema de televisão digital da AR
Aquisição de armário e mesas para as bancadas dos corredores do 1º, 2º, 3º e 4º piso

No âmbito dos projectos de investimento orçamentados na rubrica "**Edifícios**" foram realizadas obras de requalificação, conservação e beneficiação no Palácio de S.Bento, e na Casa Amarela, com o objectivo de melhorar e criar novos espaços físicos na AR.

Dessas obras destacam-se:

- Limpeza das fachadas do Palácio que teve início em Abril de 2003 e será concluída em 2004, e que teve associada outras obras de beneficiação, nomeadamente, a limpeza e tratamento das cantarias da casa da Guarda, a reparação dos muros limite e respectivos gradeamentos;
- Beneficiação das fachadas rebocadas realizada acima da cobertura;
- Requalificação e beneficiação de várias instalações sanitárias no Palácio, com destaque, para as localizadas junto ao refeitório no r/c, outras localizadas na Galeria Pública do Palácio, outras situadas no CINF e as que servem de apoio ao Gabinete do Vice-PAR, situadas no corredor do PAR;
- Reparação de várias empenas no Palácio, evitando-se, assim, a danificação do espaço interior recentemente beneficiado;
- Beneficiação de cinco salas da Direcção do GP PSD, localizadas no andar nobre do Palácio e dois gabinetes no 4º piso da s/loja;

- Requalificação do acesso à casa das caldeiras e instalações dos auxiliares parlamentares;
- Remodelação geral do anfiteatro situado na Casa Amarela, destinado a conferências, bem como, a beneficiação de duas salas de reuniões no r/c.
- Início da empreitada de requalificação de um armazém a fim de criar novas salas de reuniões no Palácio de S.Bento;
- Obras para melhorar a segurança em duas saídas de emergência, uma situada ao nível da Galeria Pública no Palácio e outra localizada no CINF. Efectuou-se a instalação de uma coluna seca para combate a incêndios e procedeu-se à execução do gradeamento horizontal de protecção para a escada de emergência no parque de estacionamento.
- Obras de beneficiação em unidades de ar condicionado de duas salas no Palácio;
- Execução de tubagem e ventilação do sistema de alimentação às caldeiras do Palácio.

Também no parque de estacionamento foram feitas obras de beneficiação.

Importa referir que existem encargos financeiros assumidos já para a Gerência de 2004, referentes a obras que sofreram alguns atrasos na calendarização, os quais totalizam 107.511 Euros, sendo esses projectos/obras os referenciados no Quadro 19.

Quadro 19 – OBRAS QUE TRANSITARAM PARA A GERÊNCIA DE 2004

Projectos/Obras
Requalificação dos sótãos do Andar Nobre (projecto)
AVAC para o AHP
Requalificação do espaço destinado à máquina do café e água no andar nobre
Beneficiação de acesso a pessoas com mobilidade reduzida
Guaritas da GNR
Obras/projectos que obtiveram uma baixa na execução orçamental 2003 (Limpeza das fachadas do Palácio e Requalificação do armazém da DAPAT, na Galeria Pública)

De referir, ainda, que houve obras/projectos que não foram iniciadas em 2003, como é o caso da instalação do Museu, que sofreu um atraso na concepção do projecto, em consequência de novas alterações introduzidas no mesmo, nomeadamente, no que



respeita à retirada do PT e Grupo Gerador – alargamento do espaço a utilizar - obrigando à reformulação de todo o projecto.

Execução Financeira

Das Despesas

Enquanto que o grau de execução orçamental foi de 92,7% (74.100 10³ Euros/ 79.964 10³ Euros), o grau de execução financeira foi de 91,3%, valor que resultou de se abater o diferencial entre as despesas cabimentadas e as processadas (1.084 10³ Euros), apurado no encerramento de exercício (ver Quadro 21).

Quadro 20 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa / Classificação Económica	OAR2003 corrigido	Encargos Assumidos 2003	Despesa Paga 2003	%GR	%Exec. Financ.
Corrente	75.006.210	69.492.760	68.787.394	92,6%	91,7%
Rem., Abonos e Segurança Social	42.969.533	39.851.588	39.841.722	92,7%	92,7%
Rem. certas e perm./Deputados	12.664.300	12.323.013	12.323.013	97,3%	97,3%
Rem. certas e perm./Pessoal	19.393.018	17.842.825	17.842.825	92,0%	92,0%
Abonos variáveis ou eventuais	8.470.013	7.638.569	7.628.703	90,2%	90,1%
Segurança social	2.442.202	2.047.181	2.047.181	83,8%	83,8%
Aquisição de bens e serviços	12.405.730	10.809.020	10.127.818	87,1%	81,6%
Aquisição de bens	2.627.960	2.278.679	2.107.134	86,7%	80,2%
Aquisição de serviços	9.777.770	8.530.341	8.020.684	87,2%	82,0%
Transferências correntes	19.149.027	18.830.107	18.815.809	98,3%	98,3%
Entidades públicas	9.532.991	9.430.729	9.430.729	98,9%	98,9%
Exterior	488.428	280.162	265.864	57,4%	54,4%
Partidos Políticos	8.362.891	8.362.722	8.362.722	100,0%	100,0%
Grupos Parlamentares	725.456	725.375	725.375	100,0%	100,0%
Outras entidades	39.261	31.120	31.120	79,3%	79,3%
Outras despesas correntes	481.920	2.045	2.045	0,4%	0,4%
Dotação provisional	465.170	0	0	0,0%	0,0%
Diversas	16.750	2.045	2.045	12,2%	12,2%
Capital	4.958.086	4.606.950	4.228.117	92,9%	85,3%
Aquisição de bens de capital	4.684.039	4.358.575	3.979.742	93,1%	85,0%
Investimentos	4.684.039	4.358.575	3.979.742	93,1%	85,0%
Transferências de capital	274.047	248.375	248.375	90,6%	90,6%
Entidades públicas	274.047	248.375	248.375	90,6%	90,6%
Total	79.964.296	74.099.710	73.015.511	92,7%	91,3%

A despesa assumida e que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2004, no montante total de 1.084 10³ Euros, como já referido, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 21.

Quadro 21 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2004 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa / Classificação Económica	Encargos Assumidos 2003	Estrutura	Despesa Paga 2003	Estrutura	Saldo a Transitar.
Corrente	69.492.760	93,8%	68.787.394	94,2%	705.366
Rem., Abonos e Segurança Social	39.851.588	53,8%	39.841.722	54,6%	9.866
Rem. certas e perm./Deputados	12.323.013	16,6%	12.323.013	16,9%	0
Rem. certas e perm./Pessoal	17.842.825	25,7%	17.842.825	25,9%	0
Abonos variáveis ou eventuais	7.638.569	11,0%	7.628.703	11,1%	9.866
Segurança social	2.047.181	2,8%	2.047.181	2,8%	0
Aquisição de bens e serviços	10.809.020	14,6%	10.127.818	13,9%	681.202
Aquisição de bens	2.278.679	3,1%	2.107.134	2,9%	171.545
Aquisição de serviços	8.530.341	11,5%	8.020.684	11,0%	509.657
Transferências correntes	18.830.107	25,4%	18.815.809	25,8%	14.298
Entidades públicas	9.430.729	12,7%	9.430.729	12,9%	0
Exterior	280.162	0,4%	265.864	0,4%	14.298
Partidos Políticos	8.362.722	11,3%	8.362.722	11,5%	0,00
Grupos Parlamentares	725.375	1,0%	725.375	1,0%	0,00
Outras entidades	31.120	0,0%	31.120	0,0%	0,00
Outras despesas correntes	2.045	0,0%	2.045	0,0%	0,00
Diversas	2.045	0,0%	2.045	0,0%	0,00
Capital	4.606.950	6,2%	4.228.117	5,8%	378.833
Aquisição de bens de capital	4.358.575	5,9%	3.979.742	5,5%	378.833
Investimentos	4.358.575	5,9%	3.979.742	5,5%	378.833
Transferências de capital	248.375	0,3%	248.375	0,3%	0,00
Entidades públicas	248.375	0,3%	248.375	0,3%	0,00
Total	74.099.710	100,0%	73.015.511	100,0%	1.084.198

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2004.

O Quadro 21 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, que é da ordem dos 94%, para as despesas correntes, e 6% para as de capital.

Por outro lado, no conjunto dos agrupamentos são as "Remunerações, Abono e Segurança Social" que apresentam maior peso relativo (cerca de 55%), enquanto ¼ da despesa é da responsabilidade das Entidades Autónomas.

Face à totalidade dos encargos assumidos, constata-se que 1,5% dos mesmos transitaram para 2004. Relativamente aos encargos assumidos com as despesas correntes transitaram apenas 1% do respectivo montante, enquanto nas despesas de capital essa taxa sobe para 8,2%, explicável pela natureza e o valor dos projectos de investimento.

A despesa assumida e que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2004, deve-se, ainda, ao reduzido período complementar para o apuramento de contas (1 a 7 de Janeiro mas que, na prática, se limitou aos dias 5 a 7) e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita cobrada, as receitas próprias da AR representam apenas 1%, à semelhança do ano anterior. Estas receitas registaram um decréscimo de 5,2%, apesar de terem registado um grau de realização de 120,4%, excedendo assim as previsões efectuadas aquando da elaboração do OAR2003 Suplementar.

Quadro 22 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

Unidade: Euro

Designação	2002	2003	Var%
Publicações, impressos e artigos diversos	72.638	75.994	4,6%
Outros bens	24.583	0	-100,0%
Juros	240.252	207.490	-13,6%
Guias de reposição não abatidas	173.546	121.702	-29,9%
Vendas de senhas de refeição	242.773	250.367	3,1%
Rendas	42.564	45.272	6,4%
Receitas diversas	10.500	63.936	508,9%
Receitas Cobradas	806.856	764.761	-5,2%
Transferências do OE	79.440.065	72.738.134	-8,4%
Total	80.246.921	73.502.895	-8,4%

O financiamento com origem no OE, que representa 99% do total do OAR2003, ficou 8,4% abaixo ao do exercício anterior, conforme evidencia o quadro acima. Esta redução está relacionada com a ausência de subvenções para campanhas eleitorais no exercício de 2003.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2003 constam do quadro abaixo.

Quadro 23 – RECEITAS COBRADAS EM 2003

Unidade: Euro

Designação	OAR Corrigido	Receita cobrada	GR%
Publicações, impressos e artigos diversos	55.000	75.994	138,2%
Outros bens	35.000	0	0,0%
Juros	150.000	207.490	138,3%
Guias de reposição não abatidas	100.000	121.702	121,7%
Vendas de senhas de refeição	200.000	250.367	125,2%
Rendas	40.000	45.272	113,2%
Receitas diversas	55.000	63.936	116,2%
<i>Receitas Cobradas</i>	<i>635.000</i>	<i>764.761</i>	<i>120,4%</i>
Transferências do OE	72.738.134	72.738.134	100,0%
Total	73.373.134	73.502.895	100,2%

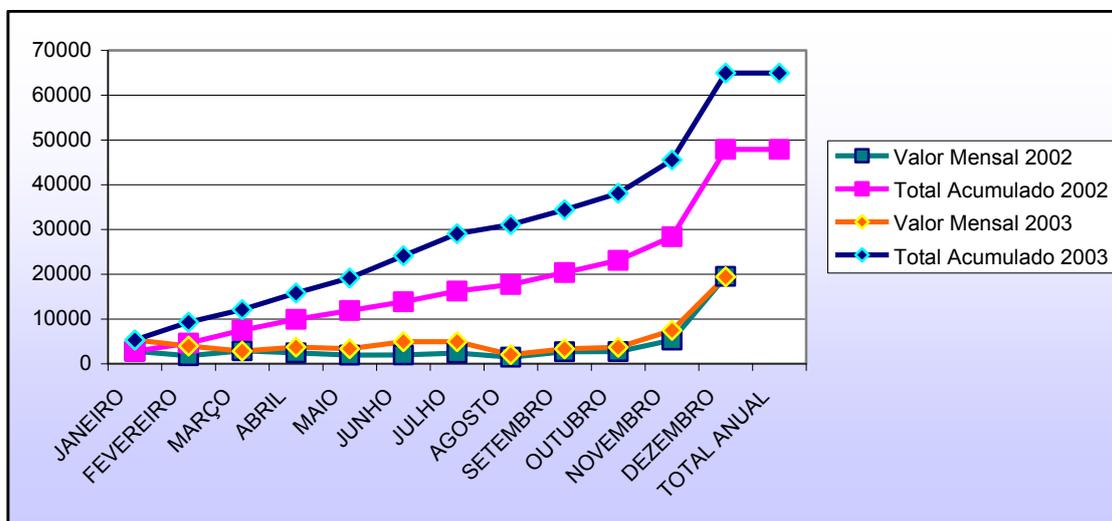
A receita proveniente da "Venda de publicações, impressos e artigos diversos" continua com um comportamento positivo, tendo crescido mais 4,6% que em 2002, o que permite evidenciar os efeitos resultantes da estratégia de abertura da Livraria Parlamentar à comercialização de publicações de outras editoras e do reforço da participação da AR nas várias feiras de livros. A evolução das vendas realizadas apenas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico a seguir.

A receita proveniente da venda das senhas de refeição registou um aumento de 3,1%, em parte devido ao crescimento do número de utentes do Refeitório, que de 66.737, em 2002, passou para 68.186, em 2003, o que corresponde a mais 2,2%.

As "Receitas Diversas" sofreram um aumento (508,9%) em resultado, sobretudo, do aumento das receitas próprias cobradas pela CNPD e do prémio proveniente do contrato estabelecido com a TopAtlântico, no valor de 5.000 Euros.

Gráfico 11 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR³

Unidade: Euro



Os rendimentos gerados pelas aplicações financeiras registaram uma quebra de 13,6%, em consequência da reduzida dimensão dos excedentes de tesouraria e da tendência negativa das taxas de remuneração dessas operações.

Finalmente, o saldo de gerência apurado à data de 31 de Dezembro de 2003, foi de 7.096 10³ Euros, montante que inclui, designadamente, 1.084 10³ Euros, a título de encargos assumidos no exercício e que transitam para o ano de 2004 (cerca de 15,3%).

³ Não inclui receitas provenientes da participação em Feiras do Livro



Nota Final

De acordo com o artigo 73.º da Lei Orgânica da Assembleia da República, o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua conta de gerência ao Tribunal de Contas até 15 de Maio do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral
Isabel Maria Freire dos Santos Côrte-Real

Adjunta da Secretária Geral
Maria da Conceição de Oliveira Henriques

Adjunto da Secretária Geral
Júlio Casanova Nabais

Auditor Jurídico
Henrique Pereira Teutónio

Direcção de Serviços de Apoio e Secretariado
Lucinda da Conceição Andrade Ferreira Almeida

Divisão de Apoio ao Plenário
Fernando Cascalheira Vasco

Divisão de Secretariado às Comissões
Alexandra Maria Fonseca Pereira da Graça

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Pedro José Teixeira Guerreiro Valente

Divisão de Edições
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Biblioteca
José Luís Martins Tomé

Arquivo Histórico-Parlamentar
Leonor Faria Calvão Borges

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Maria Teresa Monteiro Fernandes



Divisão de Recursos Humanos e Administração
Maria José Brandão da Silva Tigeleira Afonso

Divisão de Gestão Financeira
Maria Idalina Monteiro Fernandes

Divisão de Aprovisionamento e Património
Francisco José Pereira Alves

Centro de Informática
João Viegas Vilhete d'Abreu

Gabinete de Relações Públicas Internacionais
Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado

Museu
Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso

Gabinete Médico e de Enfermagem
Fernando José Carrilho Ribeiro Leitão

Serviço de Segurança
José Manuel Lucas Pimenta